

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezenove, no auditório 6 (seis), Dep. Carlos E. Benevides, do Complexo de Comissões Técnicas Permanentes, reuniu-se a Comissão de Educação com a presença dos deputados: Queiroz Filho, Augusta Brito, Elmano Freitas, Marcelo Sobreira, Acrísio Sena, Nizo Costa e Jeová Mota. Justificaram a ausência os deputados o deputado David Durand. O presidente, deputado Queiroz Filho, declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação do Plenário a Ata da sétima Reunião Ordinária, cuja leitura foi aprovada sem pedido do presidente. Colocado-a em discussão e votação, a Ata foi aprovada sem ressalvas. O presidente pediu tempo para, antes de entrar na leitura do expediente, informar que a Comissão está recebendo, conforme acertado na reunião anterior, atendendo a solicitação do Magnífico Reitor, Dr. Henry Holanda Campos, a professora Marcília Dias, Coordenadora da Internacionalização Linguística da Pro Reitoria de Relações Internacionais da UFC; e a professora Beatriz Alencar, do Departamento de Letras Estrangeiras para quem deu as boas vindas. Em seguida propôs, aproveitando a presença do deputado Nizo, voto de congratulações ao ex reitor professor Henry, em reconhecimento ao trabalho realizado pela UFC durante o período em que esteve à frente da gestão daquela Universidade, e solicitou de que fosse assinado por todos. Registrou, ainda, que durante o processo de escolha do seu sucessor, foi uma das pessoas que mais brigou pelas universidades públicas no Ceará, mobilizando outros reitores e o senador Cid Gomes, lutando contra os cortes dos recursos para as universidades. Seria um requerimento assinado em conjunto. O presidente passou ao Expediente, com a leitura de correspondência e outros documentos recebidos 1. Ofício nº112/2019/CECTCD (Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto) "Convida para o Segundo Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes de Comissões de Educação Das Assembleias Legislativas.", no dia 13 de setembro de 2019, as 08:00h, no auditório da Associação Matogrossense dos Municípios – AMM. Ocasião em que será realizada uma Audiência Pública sobre "A Reforma Tributária e o Impacto na Educação" e Seminários para debater o FUNDEB, o Plano Nacional de Educação e o Impacto da Reforma da Previdência na Oferta da Educação Básica. O presidente lembrou que o deputado Elmano já comentou sobre o seminário e comunicou que estará presente, juntamente com o deputado Acrísio. Em seguida, comunicou-lhes as matérias recebidas e distribuídas aos relatores: 1. **Materia com relatoria designada para o Deputado Nizo Costa, Projeto de Indicação n.º 132/2019, de autoria do deputado Agenor Neto**, que "Obriga a realização de exame oftalmológico para diagnóstico de miopia, astigmatismo, hipermetropia, daltonismo, ceratocone e demais patologias oculares em alunos matriculados no 6º ano do ensino fundamental ao 1º ano do ensino médio, nas escolas da rede Estadual de ensino". Em seguida, o deputado Queiroz pediu licença para registrar a presença do Sr. Maurício Pinheiro, prefeito de Senador Pompeu e comentou sobre o trabalho muito positivo que vem fazendo naquele município e aproveitou a presença de educadores na reunião para informar que o prefeito fez um trabalho magnífico no tombamento do assentamento que existe na Barragem do Patu, que foi utilizado como o que ficou conhecido como curras humanos na seca de 32. Uma parte da nossa história muito interessante que teve oportunidade de conhecer pessoalmente, que está sendo preservado e será local de visitação, não para se comemorar o que houve lá, mas é importante que o nosso povo saiba o que aconteceu aqui na nossa terra. Justificou o registro porque além daquele espaço no município de Senador Pompeu fazia parte, também de alguns curras que foram construídos à margem da linha férrea, que vinham de Carús e de Iguatu. Houve um também em Ipu. 2. **Materia com relatoria designada**

para o Deputado Acrísio Sena, Projeto de Indicação nº 178/2019, de autoria do deputado Sd. Noélio, "Acréscenta inciso ao artigo 52 do estatuto dos militares estaduais do Ceará, garantindo aos militares Estaduais do Ceará, enquanto estudantes do ensino superior, isonomia com os servidores civis, na forma que indica." Na Ordem do dia, o presidente informou que não havia requerimentos e relatórios em geral e submeteu as proposições e pareceres sujeitos à aprovação do Plenário. A deputada Augusta pediu questão de ordem, solicitando a retirada de pauta do projeto de lei apresentado pelo deputado Davi Durand. Informou que existe uma outra peça, com o mesmo teor, de autoria do deputado Elmano Freitas, tendo sido incluída como coautora. Solicitou que a proposta fosse retirada e que a tramitação ocorresse com o deputado David Durand também como coautor. Informou que a proposta foi protocolada no dia 7 de março, enquanto o do deputado David Durand foi protocolado dia 21, tendo ficado prejudicado uma vez que trata do mesmo assunto. Dando prosseguimento aos trabalhos da Ordem do Dia, o presidente informou nada constar para leitura, discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral e passou à Discussão e votação de proposições e pareceres sujeitos à aprovação do Plenário: 1. Projeto de Lei nº 00145/2019, de autoria do Deputado David Durand, "Desarquivamento do Projeto de Lei nº 153/2019 - Dispõe sobre a inclusão da disciplina de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher e Familiar como conteúdo na grade curricular das escolas públicas mantidas pelo Governo do Estado do Ceará e dá outras providências". O projeto não tramita com regime de urgência, não tem pedido de vistas e tem parecer favorável do relator deputado Jeová Mota, com as seguintes alterações: a) com alteração do texto da ementa que passará a ter a seguinte redação: "Dispõe sobre a obrigatoriedade do Ensino de Noções de prevenção e combate à violência contra a mulher e familiar sob a denominação "Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher nas escolas públicas mantidas pelo Governo do Estado do Ceará e dá outras providências"; b) com a modificação da redação do art. 3º, que passará a seguinte: "Art. 3º. As equipes das escolas estaduais poderão ser capacitadas quanto às estratégias metodológicas no desenvolvimento do trabalho pedagógico acerca da temática, com apoio das instituições de fortalecimento à implementação das políticas para mulheres e familiares". 2. Projeto de Indicação nº 0008/2019, de autoria do Deputado André Fernandes "Dispõe sobre a instalação de escolas públicas militares nos municípios do Estado do Ceará com mais de 50 mil habitantes". O presidente lembrou que houve entendimento para que o André Fernandes solicitasse a retirada do projeto e procedesse a modificação solicitada pelo deputado Acrísio Sena em seu relatório e que, tão logo o deputado André Fernandes proceda a mudança acordada, será o mais breve possível colocado em votação, possivelmente em reunião extraordinária a realizar-se na próxima terça-feira. Assim, o projeto não tramita em regime de urgência, tem pedido de vistas solicitado em 24/04/2019 pelo deputado Guilherme Landim e deputada Augusta Brito e tem parecer contrário do relator, deputado Acrísio Sena. 3. Projeto de Indicação nº 0058/2019, de autoria da Deputada Dra. Silvana "Dispõe sobre a implementação do Projeto escola de Gestão Compartilhada que prevê a transformação das escolas públicas do Estado do Ceará em Colégios da Polícia Militar e dá outras providências". A proposta não tramita com regime de urgência, não tem pedido de vistas e conta com parecer favorável do relator, deputado Jeová Mota. 4. Projeto de Indicação nº 00139/2019, de autoria do Deputado Vitor Valim, "Dispõe sobre a implantação do dispositivo de segurança conhecido como "Botão de Pânico nas escolas da rede estadual de ensino no âmbito do Estado do Ceará". Não há regime de urgência, nem pedido de vistas e tem parecer favorável do relator, deputado David Durand. 5. Projeto de Indicação nº 162/2019, de autoria do Deputado Leonardo Pinheiro, "Dispõe sobre a criação do Colégio da Polícia Militar do Estado do Ceará na cidade de Morada Nova - Ce e dá outras providências". Sem regime de urgência, nem pedido de vistas e com parecer favorável do relator deputado Jeová Mota. 6. Projeto de

**Indicação n.º 172/2019, de autoria do Deputado Nizo Costa,** "Dispõe sobre a criação do Programa Estadual Escola Segura". O projeto não tramita em regime de urgência, não tem pedido de vistas e tem parecer favorável do relator, deputado Guilherme Landim. 7. **Projeto de Indicação n.º 198/2019, de autoria do Deputado Marcos Sobreira e coautoria do deputado Nizo Costa** "Dispõe sobre a criação do Colégio da Polícia Militar do Estado do Ceará da cidade de Iguatu". O projeto tramita sem regime de urgência, nem pedido de vistas e conta com parecer favorável do relator, deputado Acrísio Sena. 8. **Projeto de Indicação n.º 233/2019, de autoria do deputado Nizo Costa e coautoria do deputado Marcos Sobreira,** que "Institui a política de ensino médio em tempo integral no âmbito da escola de ensino médio Luiza Távora no município de Jucaás, Estado do Ceará". Sem pedido regime de urgência ou pedido de vistas, o projeto tem parecer favorável do relator, deputado Guilherme Landim. Encerrada a leitura dos projetos, o deputado Nizo Costa pediu tempo para registrar seu apelo pelo trabalho da deputada Augusta Brito e do deputado Queiroz Filho, enaltecendo a importância das parcerias que vem sendo estabelecidas entre os parlamentares. A Augusta Brito, pediu tempo para discorrer sobre o Projeto de Indicação n.º 058, de autoria da deputada Dra. Silvana. Explicou as razões pelas quais não concorda com a transformação de escola estadual em escola militar, uma vez que defende a transformação de escola regular em escola de tempo integral; que esta é a meta do estado, que atua no sentido de incluir. Assim, por uma questão de justiça e coerência, e não por ser contra as escolas militares existentes, registrou que vota e votará contra às matérias que tratam do mesmo tema. Deixou claro que não acredita que a escola militar será para todos, e que não haverá recursos para o financiamento dessas mudanças. O deputado Acrísio pediu tempo para registrar que realizou reunião com a deputada Augusta e Deputado Nizo, para ponderar sobre o projeto do Deputado André Fernandes. Explicou que as escolas militares do corpo de bombeiros e da polícia militar, embora ligados à política educacional do estado têm a especificidade da seleção. Registrou que não há posicionamento contrário à escola, desde que pública, gratuita e de acesso universal e de tempo integral. O que se questionou no projeto foi sobre replicar a experiência e não militarizar as escolas, que é um outro rito que envolve hierarquia, mando e condicionamento, e isso se configura em quartel e não em escola. Diante a ponderação, o deputado André Fernandes compreendeu pediu para retirar o projeto para readequar para os moldes das duas escolas existentes e em cidades acima de 50 mil habitantes. Em seguida, o deputado Queiroz explicou aos presentes as razões daquele, em virtude da existência de várias propostas para a militarização de escolas e para a criação de escolas militares, enfatizando a distinção entre uma e outra. O deputado Elmano pediu para discutir e voltar ao tema processo de seleção e avaliou que há um equívoco de política pública no sentido de aumentar o número de escolas militares no Ceará em razão de que na época da sua criação, não havia universalização do acesso à escola pública e para receber os filhos de militares do exército foi criado o Colégio Militar de Fortaleza; as polícias militares fizeram o mesmo para que seus filhos tivessem acesso à escola de qualidade. Isso foi meritório à época, mas a realidade mudou. O deputado declarou acreditar que o jovem do ensino médio precisa ter educação e seja preparado para ter uma profissão. Os gestores precisam escolher, priorizar seus investimentos entre a abertura de escola regular, profissionalizante ou militar. Se prioridade para melhorar a escola do Estado é aumentar as escolas militares – avaliou que essa premissa é equivocada. As escolas devem ser priorizadas como de tempo integral e profissionalizantes. Quanto mais tivermos escolas nesse padrão, melhor será para nossos jovens porque estarão melhores qualificados. Avaliou que há, ainda um segundo efeito: o projeto do deputado André Fernandes determina a instalação de escolas militares em 40 cidades. Sugeri o seguinte exercício: o Estado aplica um concurso público, treina um policial para depois lutar esse policial como professor. A mesma lógica vale para colocar professores para fazer a segurança da população. Então, sem desmerecer as escolas

militares, se manifestou contrário por considerar essa estratégia equivocada; A deputada Augusta complementou a fala do deputado Elmano, dizendo que professores e gestores são qualificados para a educação e que os policiais recebem qualificação para atuar na segurança. Voltou a registrar que compreende a qualidade das escolas militares mas que a prioridade deve ser a escola de tempo integral e profissionalizante, pelo que ratifica o voto contrário aos projetos que tratam sobre o tema. Falou que o deputado Acrísio abriu um debate pontual com o deputado André sobre a diferenciação entre escola militar e militarização, enquanto, o questionamento do deputado Elmano coloca outra abordagem: O Ceará tem três escolas militares, em Sobral, Fortaleza e Juazeiro. Pelos indicadores que estão sendo demonstrados, pelo que o Estado está colhendo de êxitos com a política educacional do Ceará, o caminho a ser buscado é a regra e não a exceção e as escolas militares são a exceção. A busca é universalizar o ensino público de qualidade. Se tivesse que optar por uma estratégia, escolheria a escola de tempo integral, acolhendo indistintamente todos os estudantes, uma vez que a escola militar tem orçamento diferenciado e seleção, o que é naturalmente excludente, e contrário à essência da escola pública, cujo acesso é universal. Em todas as hipóteses que se possa utilizar, o caminho é a escola de tempo integral, profissionalizante e de democratização do acesso. Ao final da sua fala a deputada pediu vistas ao projeto da deputada Silvana. O deputado Marcelo Sobreira, pediu para discutir o projeto de sua autoria e concordou com o deputado Acrísio no que se refere a diferenciação entre militarização e escola militar. Acredita que a escola militar é cidadã, e que pode ser inclusiva e pode ser de tempo integral. Das 100 melhores escolas do Brasil, 83 estão no Ceará e destas, há escolas militares. No Cariri a opinião dos pais é unânime sobre a qualidade e os resultados da escola militar. Sobre a seleção, os filtros sempre existirão. O Ceará perde apenas para Pernambuco com o número de alunos matriculados em tempo integral e acredita que em breve isso mudará. O Ceará é destaque em educação pública e o objetivo da sua proposição é expandir e tomar como exemplo a escola do Cariri porque tem conhecimento do êxito da escola, com padrão de escola cidadã e todas as características das escolas públicas. Registrou que não concorda com o projeto do deputado André Fernandes. O deputado Marcos Sobreira, pela liderança, solicita substituir o deputado Guilherme Landim. O deputado Queiroz, iniciou a votação da **retirada de pauta dos seguintes projetos**: Projeto de Indicação nº 008/2019, a pedido do autor; Projeto de Lei nº 145/2019, de autoria do deputado David Durand prejudicado pela existência de outra proposta com o mesmo teor; dos Projetos de Indicação números 162/2019, 198/2019 e 058/2019, acatando a proposta do deputado Elmano, e sugestão do deputado Acrísio para aprofundar em reunião com os técnicos da secretaria da educação porque o que está sendo posto é uma estratégia para a difusão das escolas militares para saber onde essas propostas se inserem. Solicitou, ainda, que seja realizada à tarde. Aprovado. **Em seguida colocou em votação os Projetos de Indicação** números, 139/2019, de autoria do deputado Vitor Valim; 172/2019, de autoria do deputado Nizo Costa; 233/2019, de autoria do deputado Nizo Costa. Aprovados. O deputado Queiroz chamou as professoras Marcília e Beatriz, atendendo a pedido do então reitor professor Henri, da UFC, para que fosse explicada a situação dos cursos de línguas. A professora Beatriz, apresenta projeto de lei que garante a oferta obrigatória da língua estrangeira, espanhol, na educação básica do Estado do Ceará e justificou como a importância desse idioma para o contexto regional da América latina. O espanhol é falado em 21 países, é a segunda língua mais falada no mundo, ficando atrás somente para o mandarim, pelo que não é possível prescindir do ensino desse idioma no estado do Ceará, que tem atividade turística intensa e é fundamental que os estudantes tenham a oportunidade de qualificar para a obtenção de melhores oportunidades de trabalho. Registrou a importância do Centro de Ensino de Idiomas, pois reconhece que a disciplina na escola regular não proporciona o aprendizado pleno. Informa que a medida provisória obriga o ensino da língua inglesa a partir do sexto ano, e mesmo reconhecendo a

importância da língua inglesa no cenário internacional, mas registra que dessa forma ocorre uma hegemonia da língua inglesa, preterindo os outros idiomas. O Governo do Ceará manteve a oferta da língua espanhola, mas essa foi uma decisão de governo e é necessária uma decisão de Estado, carecendo portanto de legislação nesse sentido. Em outros Estados há projetos já aprovados e em tramitação. O deputado Queiroz agradece o esclarecimento e repassou a cronologia e teor da deliberação do governo federal, que retirou a obrigatoriedade da oferta da língua espanhola na grade escola e do governo de estado do Ceará, que manteve a oferta, independente da medida provisória, e passou a palavra para a professora Inês, que abordou algumas outras questões que podem ser considerados, como a possível deficiência de professores para suprir a oferta do ensino do espanhol, que não é o caso do Ceará. Informa que Argentina e Chile incluíram o português em suas escolas. Informou ainda, que a decisão do governo federal provocou um certo mal estar com os países de língua espanhola, inclusive a Espanha, com quem o Brasil mantém parceria comercial. O universo do espanhol que se expande tanto no mundo inteiro, oferece também uma possibilidade de contato maior, a porção latina dos Estados Unidos, por exemplo. Professora Beatriz, que apresenta pontos mais técnicos na área da linguística aplicada, que não se pode pensar num mundo monolíngue, e o Brasil tem o português e Libras e tantas línguas indígenas que permanecem sendo dizimadas. A permanência do espanhol é, no mínimo um ato de resistência. Vai para além do fenômeno de globalização, um mundo de fronteiras fluidas. Ratifica que se torne uma política de estado para que não se torne uma questão pontual. A professora Marcília ressalta que na área de línguas estrangeiras há um trabalho de inclusão de pessoas com deficiência, com cegos e esta sendo desenvolvido projeto piloto na escola Adauto Bezerra para crianças autistas, cegas e surdas. Há na UFC dentro do curso de interpretação de línguas, a formação de curso de línguas estrangeiras em línguas. O deputado Queiroz, agradece e afirmou que o espanhol é um idioma complexo, enalteceu a decisão do governador Camillo em manter a oferta do ensino no Ceará e informa que há projeto de intercâmbio da prefeitura e há iniciativa para que o Estado crie programa semelhante. O deputado Elmano solicita informação sobre os projetos que estão tramitando e os que já foram aprovados para que se possa avaliar sob o aspecto legal e orçamentário para avaliar qual o melhor caminho para viabilizar a tramitação da proposta. A deputada Augusta parabeniza as professoras e avalia que é viável e que o diálogo que precisa ser feita para que a iniciativa venha a partir do governo e assim não exista nenhum vício de iniciativa e apresentou todo apoio. O deputado Queiroz agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. Sem mais para deliberar, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar eu, Lívia Pessoa, Secretária da Comissão, lavei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, Carla de Jesus Brito, pelo Presidente da Comissão, Deputado Queiroz Filho e pelos demais deputados da Comissão de educação que estiveram presentes.

Deputada Augusta Brito

Deputado Nizo Costa

Deputado Acrísio Sena

Deputado Elmano Freitas

Deputado Marcos Sobreira